

TOPONÍMIA E RAZÃO GRÁFICA: UMA CONCEPÇÃO DE TEXTO PARA MATERIAIS DIDÁTICOS¹

Prof. Dr. Wilton James Bernardo-Santos
UFS/DLE/COPEs

Introdução

0. Pesquisas realizadas nos últimos anos a respeito da concepção de textos em materiais didáticos do ensino da língua portuguesa apresentam resultados que dão conta de problemas relativos às práticas de leitura e de escrita.² Os resultados mostram que as propostas são sempre muito diretivas, ou seja, o ensino propõe leituras previamente construídas para que professores e alunos alcancem. Por outro lado, as propostas de escrita seguem uma lógica voltada para os vestibulares, mas pouco preocupadas com as demandas da vida acadêmica. Para essa problemática, uma vasta bibliografia da produção do conhecimento na área aponta “deficiências qualitativas”, ou seja, aponta-se para a necessidade da leitura de “bons textos” e o do aprimoramento da escrita.³

No tocante às práticas de leitura, essa necessidade de “bons textos” leva o ensino a se resguardar na literatura. De tal modo que ao se falar em leitura para o ensino a referência é preponderantemente literatura (SANTOS, 2009). Assim, a leitura dos chamados textos de função referencial não tem o tratamento necessário para o desenvolvimento da carreira acadêmica. Textos não literários, geralmente, aparecem apenas para exercícios gramaticais que desconsideram as especificidades da textualidade.

Quando a leitura é voltada para os chamados textos de função referencial, em grande medida, as propostas recortam a atividade de leitura em percursos de identificação em detrimento de processos de constituição de relações. Seja em atividades

¹ Trabalho apresentado no I GESTRA – Gestão de Trabalhos para o ensino da língua portuguesa em 18 de novembro de 2009 - ISSN 2176-8994. Esse artigo é parte dos resultados e das projeções de pesquisas que vem sendo desenvolvidas no âmbito do projeto “Concepção de texto no ensino da língua portuguesa em Sergipe: um estudo de materiais didáticos” sob minha coordenação desde 2008.

² Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do PAIRD (2009) contaram com a participação efetiva de alguns alunos de Letras pesquisadores-iniciantes em reuniões semanais, sempre às sextas-feiras às 14:00; sl 18; bl. Dep. III. São eles: Adriano Freitas (06142797), Elúzia Lisboa da Cruz (07140438); Elynne Gabrielle Moreira de Oliveira (08140128), Joélio de Jesus Dias (06146409), Viviane Ferreira Silva dos Santos (06146435) e Viviane Vieira (06142981); e agora para o PIBIC 2009-2010 contamos com Ruth Carvalho da Conceição (08140140), Elúzia Lisboa da Cruz (07140438), Vitoria Eugenia Oliveira Pereira (08140758) e Lucas Pazoline da Silva Ferreira (08140211).

³ Desde os anos de 1990, as produções vêm sendo intensificadas. Ver, por exemplo, PCN (1997).

metalingüísticas, seja tomando o texto como ponto de partida para promover uma discussão, um debate, as propostas raramente se dirigem às articulações da materialidade textual específica em questão.

Por exemplo, nos PCN (1997), o objetivo é levar o aluno a tomar consciência e *aprimorar* o controle sobre produção lingüística: é “*usar* [grifo meu] os conhecimentos adquiridos por meio da prática de reflexão sobre a língua para expandirem as possibilidades de *uso* [grifo meu] da linguagem e a capacidade de análise crítica.”⁴

Veja-se que o centro de interesse é o “uso” o que, a meu ver, circunstancia as relações com textos. Quer dizer, a intenção parece boa, mas o problema é que a reflexão sobre a língua é proposta sempre de modo muito centrado em adequações do sistema lingüístico e não traz condições para que uma reflexão específica seja articulada a dimensões globais da textualidade. Na verdade, muito pouco se propõe para contemplar o fundamento da textualidade: as relações. Em larga medida, leitura e escrita são propostas em processos de identificação, não de relações.

Nesse sentido, de nada vale toda uma trajetória de práticas de leituras não instrumentalizadas que nos chegam sempre em predicções muito positivas—“o prazer da leitura”, “o gosto pela leitura” etc. Diante de textos acadêmicos, não sei se podemos falar em “gosto” e “prazer”, o que temos é trabalho árduo na regulada deparação com os processos de referenciação nos artefatos gráficos empíricos. O que temos são volumosos livros teóricos sem enredos, intrigas e personagens interessantes. Assim, sem preparação técnico-instrumental, o alunado inicia os trabalhos de leitura junto a espessas teorias fundamentais para avançarmos na produção do conhecimento.

Em resumo, as práticas de leitura e de escritura são sempre empírica e materialmente muito recortadas. É justamente por conta desses recortes que, com todas as letras, não estamos sendo capazes de formar um sujeito bem ambientado na escrita. De modo que, a meu ver, falta espaço empírico para a constituição de um sujeito leitor/escritor capaz de se deslocar com desenvoltura nessas práticas (GALLO, 1989).

⁴ Brasil, Secretaria de educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*, 1997, p. 42. Nessa publicação do MEC, as noções de “prática de reflexão sobre a língua” são postas nos termos propostos por GERALDI (1991).

1. Nesse sentido, imagino que, claro, sem abandonar a qualidade, -mas sem sacralizar os textos- é preciso, sim, investir em quantidade: é preciso propor a leitura de textos relativamente longos que se querem lógicos, objetivos e não metafóricos. Com isso, quero dizer que o leitor/escritor precisa de mais espaço para se deslocar e assim constituir autoria. Nesse caso, estamos diante de problemas dêiticos, diante das relações eu/tu – espaço/tempo. Para tanto, é preciso então mobilizar certa tradição de estudos da linguagem em uma adequada teoria da enunciação (BENVENISTE, 1966, 1974; DUCROT, 1972; GUIMARÃES, 1989; 1995; 2002) e estudos que articulem as dimensões do texto e do discurso (ORLANDI, 2001).

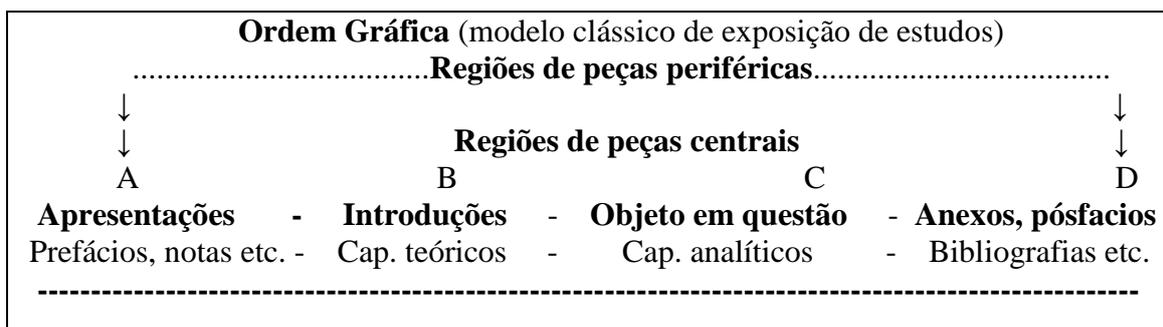
Se o problema da constituição do sujeito leitor/escritor passa pela autoria enquanto noção dêitica é preciso reconhecer que ler e escrever são práticas realizadas em um lugar específico: a escrita. Quando digo “lugar”, é no sentido próprio da categoria que a tradição opõe a tempo. Isso porque as propostas de práticas de leitura e de escrita não têm considerado o fato de esses processos se realizarem no espaço, no platô gráfico-escrito. Por isso, as pesquisas que estamos desenvolvendo consideram fundamentalmente a enunciação, o texto e o discurso, mas priorizam o espaço, o território do texto, a razão gráfica (AUROUX, 1992; 1998). Isso porque, se historicamente o domínio humano do território se dá instrumentalmente pela escrita, pela cartografia, pela linha reta (ver, por exemplo, HOLANDA, 1936) e/ou a escrita constitui o homem em seu domínio que é territorial, ou seja, escrevemos ou somos escritos/inscritos, se é assim, devemos tomar a escrita enquanto instrumento para que tenhamos domínio de suas regiões.

2. De tal modo, se estamos trabalhando a dimensão territorial, categoria dominada pela escrita, os processos de regionalização nos textos são nosso ponto de partida (BERNARDO-SANTOS, W. J. 2008; 2009a e 2009b). É no sentido de descrever a compreensão desses processos no ensino que estamos projetando um trabalho de pesquisa junto a um grupo de alunos da disciplina Produção e Recepção de Textos I. O percurso inclui:

- Mapear as regiões do texto: o diagrama da linearidade gráfica.
- Detectar as demarcações do autor no espaço gráfico: a argumentação.
- Outras demarcações: enunciativas e discursivas.

A proposta é que trabalhemos de modo laboratorial a partir do princípio básico de toda análise para leitura: demarcação das regiões/escritura: projeção de suas partes. Nessa direção, apontamos para um quadro de exposição de estudos, um modelo clássico, (BERNARDO, op. cit. 2008). Fundamentalmente temos:

Fig.1



Esse trabalho de pesquisação será acompanhado por todos os pesquisadores envolvidos no projeto, mas um deles tratará das questões de modo mais sistemático em um piloto que visa demonstrar a viabilidade de execução de um projeto mais amplo na direção de construirmos um Laboratório para Estudos da Escrita (LEE).

Isso porque o modo de compreender o funcionamento enunciativo da linguagem na relação com a interface gráfica toca os primeiros esboços de um *software* que aponta para um estudo da escrita colocando em relação diferentes interfaces, desde as formas “artesanais” (o manuscrito e o papel; a pichação e a parede etc) até as formas analógicas (datilográficas) e digitais (informatizadas) para leitura e escritura. O argumento é justamente a possibilidade de tirar proveito do entrecruzamento dessas diferentes dimensões da escrita para propor um estudo, a meu ver, ainda por fazer: uma poética das interfaces.

4. Por outro lado, também a noção dêitica precisa ser mobilizada tendo em vista que a constituição do sujeito leitor/escritor somente se realiza se de algum modo os partícipes do processo são diretamente afetados para além de formalizações. Nessa direção é que a toponímia aparece como categoria privilegiada para promover o deslocamento do indivíduo e tornar possível a compreensão dos processos históricos de inscrição do sujeito (PECHEUX, 1998). O que estamos investigando é exatamente o

lugar de constituição do sujeito para então mobilizar sua autoria enquanto leitor/escritor.

Com esse interesse, vamos constituir um *corpus* para estudar a toponímia em bairros de Aracaju-Sergipe. Esse estudo é parte de um projeto mais amplo dedicado ao Estado de Sergipe e deve contar, espero, com um esforço multidisciplinar interdepartamental: Letras, História e Geografia. Mas para o momento, pensando as práticas próprias da iniciação científica vamos executar pilotos para demonstrar a viabilidade do projeto. Assim, estamos prevendo um trabalho nas regiões dos bairros Jardins e Jabotiana. A escolha se justifica pelo processo de urbanização que constrói “novos” sentidos e apaga ou desloca outros. Desse modo, ou melhor, no estabelecimento histórico dessas relações, compreendemos a cidade como espaço de textualização, de constituição do sujeito (GUIMARÃES, 2002).

Tendo em vista a elaboração de materiais didáticos, nesse domínio, nossa questão central é mobilizar uma reflexão sobre a relevância prática do conhecimento histórico pela linguagem, considerando enunciação-discurso, etimologia e toponímia. E ao mesmo tempo, é decisivo, sobretudo para a iniciação científica, voltar a atenção para os princípios básicos das relações teórico-metodológicas próprias de nossa defrontação com o objeto de trabalho, ou seja, os problemas da construção do *corpus*: da coleta de dados à análise dos fatos de linguagem.

Para sistematizar um pouco a coleta de dados, vamos situar o *corpus* a partir do quadro abaixo. Quer dizer, ao descrever um documento, devemos situá-lo.

QUADRO DE DOCUMENTAÇÃO

1.a. -Novos mapas -Registros fotográficos.	1.b -Mapas antigos
2.c -Documentos de empreendimentos imobiliários, com toda sua instrumentação textual de propagandas dos condomínios.	2.d -Registros de propriedade
3.e -Documentos da esfera pública, projetos urbanísticos etc.	3.f -Literatura -Depoimentos orais.

A partir desse quadro, o que temos a fazer, metodologicamente na prática, é o estudo das diferenças de nomeação (a reescrituração) para um mesmo referente (bairro, rua, praça, edifício etc.). Por exemplo, os sentidos que de um mapa a outro vão apagando ou deslocando outros sentidos anteriores como “Tramandai” por “Garcia” e “Jardins”.

Também são exemplos que não constam em mapas, mas são obtidos por registros fotográficos, as entradas de outras línguas, sobretudo francês e inglês pela nomeação das edificações em condomínios. Aparecem também nomes com orientações políticas (nomes de deputados, senadores etc.) ou religiosas (padres, santos etc.), nomes com orientações literárias (av. Jorge Amado etc.) nomes com orientações particulares da vida privada etc. Assim, temos outro quadro para sistematizar a coleta de dados:

QUADRO DE ORIENTAÇÃO DOS NOMES

1.LÍNGUA	2.POLÍTIC	3.RELIGIOS	4.LITERÁRI	5.NATURA	6.
A (indígenas, africanas, francês, inglês entre outras).	A (nomes de deputados, senadores etc.)	A (nomes de padres, santos etc.)	A (nomes de escritores, obras etc)	L (nomes da fauna e da flora etc.)	OUTRA S

O trabalho do pesquisador iniciante inclui, nesse caso, o tratamento adequado de todo esse material coletado enquanto material para o ensino posto em funcionamento. O que estou exercitando é o funcionamento da noção de texto enquanto “estabelecimento de regiões gráficas”.

Como vimos, temos um problema no ensino da língua portuguesa. O ensino não está contemplando seu fundamento: as articulações da materialidade textual específica. A meu ver, isso se dá por conta da ausência de uma preparação técnico-instrumental específica para lidar com textos de função referencial. Para tratar dessa questão estamos propondo então duas considerações para mobilizar a autoria nos processos do ensino:

- a) Tomarmos a noção de texto pela categoria *região/território* mobilizando a própria razão gráfico-espacial da escrita.
- b) Tomarmos pela toponímia a espacialidade geográfica enquanto processos de textualização.

BIBLIOGRAFIA

AUROUX, S. *A Revolução tecnológica da Gramatização*. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____. *Filosofia da linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

BARTHES, R (1953). *Novos ensaios críticos e o Grau zero da escritura*. São Paulo, SP, 1993.

BERNARDO-SANTOS. *Intervenção da escrita: um estudo do político enunciativo na institucionalização da Lingüística Moderna no Brasil*. Tese (doutorado). Orient. Prof. Dr. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: IEL/UNICAMP, 2008.

BENVENISTE, E. (1966) “Cidades e comunidades”. In: *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas-SP: Pontes, 1989.

CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo, SP, Ática, 1989.

DELEUZE, G. E GUATTARI, F. (1980). *Mil Platôs*. V. 2. Rio de Janeiro, Editora 34, 1997.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1980). *Mil Platôs*. V. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DUCROT, O. (1972). *Princípios de Lingüística Geral*. São Paulo, Cultrix, 1977.

GALLO, S. *Discurso, escrita e ensino*. 2.ed. Campinas, SP, 1995, Tese de Mestrado, Orient. Profa. Dra. Eni Orlandi IEL/UNICAMP, 1989.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP, Pontes, 2002.

_____. *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP, Pontes, 1989.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita, língua, sujeito e discurso* [trad. Maria Fauta Pereira de Castro]. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1992.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Trad. Bras. Eni Orlandi ET alii. Campinas, SP, 1997.

_____. & FUCHS, “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas” In: GADET & HAK. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP, editora da Unicamp, 1997.

RANCIÈRE, J. *Os nomes na história: um ensaio de poética do saber*. Trad. Bras. Guimarães, E. & Orlandi, E. São Paulo: Pontes/Educ, 1994.

SANTOS, M. R. S. *Leitura nos discursos oficiais da última década (1995/2005): necessidade ou entretenimento*. Dissert. Mestrado. Orient. Vanice Sargentini, UFSCAR, 2009.

STAROBINSKI, J. “A palavra civilização”. In: *As Máscaras da Civilização*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.